

SOMOS BRANCOS, MORENOS E PARDOS MENOS NEGRO, EM PAUTA A CONSTRUÇÃO DA DESIDENTIFICAÇÃO ÉTNICA (DISCUTIDO O HISTORICISMO DA PIGMENTOCRACIA POR ALEJANDRO LIPSCHUTZ)

Livia Barbosa Pacheco Souza

Especialista em Educação em Gênero e Direitos Humanos (NEIM UFBA), em Gênero e Sexualidade na Educação (NUCUS UFBA) e em Educação para as Relações Étnico-Raciais (UNIAFRO UNILAB) e Discente da Licenciatura Plena em Pedagogia (UNEB).

<http://lattes.cnpq.br/5978999436523962>

<https://orcid.org/0000-0002-3148-5536>

E-mail: adm.liviapacheco@gmail.com

DOI-Geral: <http://dx.doi.org/10.47538/RA-2024.V3N1>

DOI-Individual: <http://dx.doi.org/10.47538/RA-2024.V3N1-08>

RESUMO: Podemos entender o racismo na sociedade brasileira sob dois aspectos, um, ao debruçarmos na história, a partir da chegada dos portugueses com os africanos escravizados, o outro está associado ao pigmento da epiderme, assim a compreensão do racismo se torna mais “clara”. Partindo desta ideia, o principal objetivo deste artigo é delinear a pigmentocracia e discorrer como ela opera para manutenção do racismo na sociedade brasileira. Racismo que é fruto dos discursos de hierarquização das raças pregada pelos colonos e que se converte na contemporaneidade em negação da ancestralidade africana e indígena, através da tonalidade da cor da pele, incrustado dentro de um sistema socioeconômico de segregação. Se utiliza da metodologia qualitativa e da análise crítica, tendo por principal base bibliográfica a obra de Alejandro Lipschutz, para contextualizar historicamente a pigmentocracia, a hierarquização das raças e o racismo como sendo fruto destes processos que cria realidades sociais e atuam como marcadores de exclusão dentro das sociedades pigmentocráticas. Para propor uma conclusão redigida como reflexão de como os processos de hierarquização da raça gerou o racismo na sociedade e a pigmentocracia o mantém através dos discursos e no comportamento social.

PALAVRAS-CHAVE: Raça. Racismo. Pigmentocracia. Alejandro Lipschutz.

WE ARE WHITE, BROWN AND BROWN LESS BLACK, ON THE AGENDA THE CONSTRUCTION OF ETHNIC DISIDENTIFICATION (DISCUSSED THE HISTORICISM OF PIGMENTOCRACY BY ALEJANDRO LIPSCHUTZ)

ABSTRACT: We can understand racism in Brazilian society from two aspects, one, when we look into history, from the arrival of the Portuguese with enslaved Africans, or another is associated with the pigment of the epidermis, as the understanding of racism becomes more “clear”. Based on this idea, the main objective of this article is to outline the pigmentocracy and discuss how it operates to maintain racism in Brazilian society. Racism that is the result of the discourses of hierarchy of races preached by the settlers and that converts in contemporaneity into denial of African and indigenous ancestry, through the tone of skin color, embedded within a socio-economic system of segregation. Using qualitative methodology and the creation of a bibliographic base for critical analysis of pigments, for a historical hierarchy of races and racism as being these processes that fruit social realities and markers of exclusion within pigmentocratic

societies. To propose a conclusion written as a reflection of how the processes of hierarchization of race, racism in society and pigment maintains it through discourses and social behavior.

KEYWORDS: Race. Racism. Pigmentocracy. Alejandro Lipschutz.

INTRODUÇÃO

O principal objetivo deste artigo é delinear a pigmentocracia e discorrer como ela opera na manutenção do racismo na sociedade brasileira. Racismo que é fruto dos discursos de hierarquização das raças pelos colonos que se converte na contemporaneidade em negação da ancestralidade africana e indígena, através da tonalidade da cor da pele, incrustado dentro de um sistema socioeconômico de segregação baseado na pigmentação da cor da pele, reproduzindo a negação da ancestralidade africana e indígena, fazendo que ambas sejam repudiadas no contexto social.

Da mesma forma, procurando analisar as implicações da hierarquização da raça e do racismo no comportamento social, sendo este alimentado pelos ideais da dos complexos da pigmentocracia. Para tentar entender estes processos e suas evidências, faremos o escrutínio de raça pautada na pigmentação do tom da pele debatendo o fenótipo e o genótipo. Além do racismo abordando as três, principais narrativas utilizadas para justificá-lo dialogando dentro do contexto histórico e contemporâneo da pigmentocracia contextualizada nas obras *Indoamericanismo y el problema racial en las Américas* e *Indoamericanismo y Raza India* de Alejandro Lipschutz, além de outros autores e outros materiais bibliográfico para nortear o debate deste artigo.

Assim, a reflexão proposta deste artigo é consequente da soma destas discussões e foco, no escrutínio dos resultados da investigação derivados de ações sociais, políticas baseadas em estereótipos, economia baseada na exploração dos negros e mais contextos abordando possíveis discursividades envolvidas nesses problemas sociais. Apresentando a existências em diferentes maneiras do racismo sistematizado, que são explicados manipulados pela cor da pele, assim, criando diferentes tipos de racismo na contemporaneidade. Concluindo que a raça é um complexo instável de significados sociais que constitui uma visão de mundo, um fenômeno sociopolítico que não é unitário,

que fomentou o terreno ideológicos para o racismo que diante das diferentes tonalidades de cor da pele cria segregações que são dirigidas pela pigmentocracia.

A HIERARQUIZAÇÃO DA RAÇA COMO FATOR DE DOMINAÇÃO COLONIAL

Etimologicamente, o conceito de raça veio do italiano *razza*, que por sua vez veio do latim *ratio*, que significa sorte, categoria, espécie. Na história das ciências naturais, o conceito de raça foi primeiramente usado na Zoologia e na Botânica para classificar as espécies animais e vegetais. Foi neste sentido que o naturalista sueco, Carl Von Linné conhecido em Português como Lineu (1707-1778), o usou para classificar as plantas em 24 raças ou classes, classificação hoje inteiramente abandonada (MUNANGA, 2003, p.1).

Apesar de iniciar esse primeiro momento explicando o conceito etimológico, botânico e zoológico da palavra “raça”, através de Kabengele Munanga, o verdadeiro sentido deste primeiro momento é para instigar o autoquestionamento sobre: para que classificar serve a classificação da raça e como ela abre os caminhos de privilégios na sociedade contemporânea? Já que o conceito de raça, não só serviu para classificar plantas, animais, espécies etc. Mas, também foi utilizada pelos colonos para classificar etnias, diferenciando-as entre o “eu” humano e o “outro” não ocidental como bestas, a partir dessa classificação, criaram estes estereótipos para subalternizar e explorar. Assim, Munanga, também critica, o que importa explicar o conceito de raça utilizando a literatura branca europeia etnocêntrica se eles foram os responsáveis e transportar esse conceito de raça das ciências para as relações sociais com o intuito de legitimar as relações de dominação e de sujeição entre classes sociais e entre povos (MUNANGA, 2003).

Sobre isso Munanga (2003, p. 2) reitera, que:

[...] o conceito de humanidade até então conhecida nos limites da civilização ocidental. Que são esses recém-descobertos (ameríndios, negros, melanésios etc.)? São bestas ou são seres humanos como “nós”, europeus? Para aceitar a humanidade dos “outros”, era preciso provar que são também descendentes do Adão, prova parcialmente fornecida pelo mito dos Reis Magos (MUNANGA, 2003, p. 2).

A partir da classificação da raça e a escolha da raça “pura”, classificada como a escolhida por “Deus” para reinar e dominar, coloca-se em pauta o conceito de humanidade. Os classificados como humanos eram os europeus, o resto eram bárbaros, bestas feras ou animais, e que por isso deveriam ser dominados pela raça pura. Neste sentido Munanga explica que a classificação da diversidade humana em raças diferentes foi para variabilidade humana é um fato empírico que foi explicada cientificamente, que por sua vez, foi ferramentas na operacionalização do pensamento e a classificação raça, que desembocou numa operação de hierarquização pavimentou o caminho do racismo, neste aspecto, os colonos agiram como crianças brincando de classificar o objeto. O escritor chileno Alejandro Lipschutz descreve como a hierarquização das raças pautado dos discursos coloniais autenticou na sociedade chilena a inferioridades biológica racial desencadeando muitas atrocidades, violências e genocídios contra os grupos indígenas, sobre isso ele questiona:

¿Qué es la medida del valor biológico o racial? Tal medida en sentido objetivo no existe. La medida del valor biológico entre razas de gallinas puede ser la producción de huevos caracterizados por su número, su peso y composición química; la inclinación para empollar; la calidad de la carne y de las plumas. Entre razas de ganado la medida del valor Biológico-racial puede ser la producción de leche en sentido cuantitativo y en múltiplos sentidos cualitativos; lo puede ser la calidad de la carne y del cuero. (LIPSCHUTZ, 1937. p. 38).

A POLÍTICA DE EMBRANQUECIMENTO A PARTIR DAS MISTURAS DAS RAÇAS

A hierarquização das raças e a classificação das mesmas desencadeou a escravidão e na tentativa de apagar da história esse passado grupos da elite projetou com intensidade o fenômeno da mistura das raças. O autor Jerry Dávila (2006), no livro “Diploma de brancura: política social e racial no Brasil (1917-1945)”, descreve como as relações raciais brasileiras afetou a educação das pessoas de “cor”, e na tentativa de diminuir os grupos destas pessoas, um grupo da elite de intelectuais brasileiros, formados por médicos, cientistas sociais e cientistas, associavam o atraso econômico do Brasil com o número elevado da população negra no estado. Sendo necessário o branqueamento da população, sendo assim, o apelo para a entrada de imigrantes brancos no Brasil foi grande,

iniciando o movimento da eugenia no Brasil, sobre este processo descreve Dávila (2006, p. 31):

O termo “eugenia” – eu: boa; genus: geração – foi criado em 1883 pelo cientista britânico Francis Galton. Noção popular por toda a Europa e América no período entre guerras, a eugenia foi uma tentativa de “aperfeiçoar” a população humana por meio do aprimoramento de traços hereditários. Uma eugenia “pesada”, baseada na eliminação do acervo reprodutivo de indivíduos que possuíam traços indesejados por meio da esterilização ou do genocídio, foi implementada na Alemanha nazista, na Grã-Bretanha e nos Estados Unidos. Grande parte da América Latina assimilou uma eugenia “leve”, que preconizava “que o cuidado pré e neonatal, a saúde e a higiene pública, além de uma preocupação com a psicologia, a cultura geral e a forma física melhoraram gradualmente a adequação eugênica de uma população” (DÁVILA, 2006, p. 31).

E estes processos acontecem justamente no momento pós-abolição e consequente imersão dos negros “libertos” em sociedade. Denotando que o fim do sistema escravista foi um “conto de fadas” mau contado, pois, na realidade gerou um racismo perverso e violento que foi oriundo do imaginário das mentes brancas, e que nasceu da violência contra o negro e o indígena, com os estupros das mulheres negras, pelos espancamentos dos homens negros até a morte, pelo banimento da capoeira posta como crime de vadiagem, que além da violência física e também cultural (MUNANGA, 1999). Refletindo a preocupação da elite em apagar da história as mazelas presentes no Brasil e do passado escravocrata através do processo de embranquecimento pós-abolicionista objetivando construir uma identidade nacional incluindo os cidadãos negros e indígenas, porém, eles teriam que ser expurgados ou embranquecidos, por meio de métodos eugenistas, em seu artigo as autoras, Jéssica Cruz e Patrícia Martins, (2021, p. 07), destaca a fala da vlogueira Sá Ollebar:

em seu vídeo intitulado “Negro ou pardo? Identificação Racial” compreende que “(...) a miscigenação é originária de estupros de mulheres negras e indígenas. O homem branco destruiu todas as nossas tentativas de resgatar nossas origens, precisamos reconstruí-la, saber quem somos de onde viemos e para onde vamos nesse sistema racista”

Esta fala representa as consequências que o período escravocrata deixou na sociedade a negação da origem negra além da violência sexual normalizada quando se tratava de mulheres negras, já a hierarquização da raça frutificou na sociedade a negação ancestral do africano e do índio. Ambos os processos foram usados como fator primordial

para construções de teorias racistas e que permeia nas relações sociais alimento a continuidade na prática em branquear tanto as mentes quanto a epiderme com as indústrias de cosméticos racista que vendem produtos de clareamento para pele. Munanga (1999) apresenta Francisco José de Oliveira Viana, para analisar os elementos presentes nos mestiços no Brasil colonial, que em certos pontos, reverbera para a estrutura social contemporânea:

Os mestiços são produtos históricos dos latifúndios e, portanto, uma força nova na história colonial. Neles nota-se a tendência a expungir de si, por todos os meios, os sinais da sua bastardia originária. Mameluco se faz inimigo do índio e o mulato desdenha e evita o negro. Ambos foram utilizados para combater e destruir os quilombos. Mameluco, capitão sanguinário e truculento a serviço dos bandeirantes e o mulato, capitão-do-mato e terrível perseguidor dos escravos foragidos. Essa tentativa do mestiço em ter uma posição específica na sociedade é provisória e ilusória, porque o branco superior, de classe alta, o repele. E como por sua vez ele foge dos negros e índios das classes inferiores, acaba numa situação social indefinida e torna-se um desclassificado permanente na sociedade colonial (MUNANGA, 1999, p. 65).

Francisco José, nesta fala, compara os mestiços (raça misturada) como produto histórico dos latifúndios, ou seja, por muito tempo na história nós negros fomos como uma propriedade agrícola de grande extensão sendo pertencentes a uma única raça branca, que passava hereditariamente por suas famílias se tornando em empresa e assim se perpetuou caracterizadamente em uma exploração extensiva tanto nossa quanto dos nossos recursos de nossas terras. E este latifúndio de negros gerou desigualdades e desconhecimento do outro explorado garante a destruição de muitos quilombos, firmando entres as etnias a desidentificação étnica. (SANTOS, 2011).

PORQUE SOMOS BRANCOS, MORENOS, PARDOS MENOS NEGRO E ÍNDIO. A PIGMENTOCRACIA NA DESIDENTIFICAÇÃO ÉTNICA NA SOCIEDADE

As identidades étnicas dos africanos escravizados no Brasil se reconfiguraram e se constituíram a partir do momento em que indivíduos de vários grupos étnicos foram, propositadamente, postos em um mesmo navio negreiro. Desde o sequestro dos escravizados até o seu embarque, utilizava-se a técnica da desidentificação étnica, expressa também na conversão forçada ao catolicismo e na adoção arbitrária de nomes católicos, como Francisco, José, Maria, João etc. (SANTOS, 2011. p. 02).

O ponto chave desta questão, é que, a parti da negação do não ser negro é que podemos olhar para a história e perceber que essa negação da origem foi injetada de forma proposital pelos colonizadores. Que na modernidade alimenta o racismo, sendo este último a base da pigmentocracia, o autor André Santos (2011), inicia seu texto nos direcionado a imaginar uma sociedade onde as pessoas se reconheçam umas às outras pela língua, pelas práticas culturais em comum. Lugar onde os atributos como a cor da pele, textura de cabelo e corpulência física não fazem diferença para que essas pessoas interajam mutuamente (SANTOS, 2011).

Sociedade está que entre os grupos sociais estabeleciam relações de comércio, casamentos, trocas de bens e mercadorias, relações políticas, guerras sem que atributos corporais de um ou de outro sejam utilizados como arma ou fundamento de tais relações, essa era a sociedade em África e aqui no Brasil, antes dos colonos chegarem. A negação ética, nesse sentido, foi usada pelos comerciantes de escravos europeus, pois, sabiam que quanto menos identificação houvesse entre os escravizados, mais eficaz seria submetê-los ao servilismo, sufocando possíveis protestos, sobre esse processo de dominação iniciado pela comercialização escravista transatlântica como descreve o autor André Santos, (2011, p. 01)

Pense agora em um navio negreiro. Pense em suas galerias fétidas, sujas, modorrentas, apertadas, úmidas, eivadas de correntes enferrujadas e cheias de insetos e ratazanas disputando o espaço em que centenas de africanos se espremiavam, nus, atônitos, famintos, humilhados e feridos pelo aprisionamento (SANTOS, 2011, p.01).

Poderíamos entender essa desidentificação étnica se nos imaginarmos sendo um desses africanos no porão desse navio no momento de desespero, de desenraizamentos abruptos, de dor física, emocional. Imaginemos que quiséssemos compartilhar com os seus, em sua língua materna, todo o horror que se abateu sobre seu povo não podendo fazer tal coisa pois, ninguém ali, fala a nossa língua, ainda que todos se pareçam conosco, tons de pele semelhantes, mesmo tipo de cabelo, de corpulência física. Por isso, para o autor, o tráfico transatlântico de escravos, provavelmente foi o um dos primeiros fatores de enfraquecimento dos laços étnicos entre os africanos e um dos mais longos genocídios da história promovido pelo ocidente moderno (SANTOS, 2011, p. 02). Seria inevitável não falar desses processos, pois foram o ponto chave para entendermos a construção

democrática direcionada a pigmentação da epiderme, com o intuito de definir a pigmentocracia o autor, Alejandro Lipschutz (1944, p. 38) a analisa como:

Una construcción tipológica del régimen racial, con profundos matices históricos, especialmente en las sociedades poscoloniales. Esta construcción pigmentocrática se basa en el fenotipo, el color de la piel, el idioma o su apariencia externa, dibujados en el contexto multicultural del capitalismo despolitizado y global. (LIPSCHUTZ, 1944, p.38)

Para Alejandro, a pigmentocracia já existia nas sociedades coloniais, e nessas sociedades os direitos e deveres eram distribuídos a partir da pigmentação da pele, o autor vai mais além, afirmando que essa democracia orientada pela cor da epiderme firma o multiculturalismo e formula o capitalismo despolitizado no sistema global. Para os autores Juan Villar e Roberto Villar (2019, p.41), a pigmentocracia desencadeia:

[...] las desigualdades étnicas raciales y la estratificación social operaban en Latinoamérica, no sólo en términos de desigualdad biológica o racial, sino como el resultado de las desigualdades económicas, políticas, sociales y étnicas que enfrentan las masas populares indígenas y negras del sur de América en la época. En este sentido, la jerarquía pigmentocrática inicia con la gente blanca en el nivel superior, los mestizos en el medio y los pueblos afro e indígenas en el nivel inferior (VILLAR; VILLAR, 2019, p.41).

Assim, podemos entender como essa negação étnica identitária racial possui no seu conceito a tramitação perversa uma lógica racial que está contida nas sociedades pigmentocráticas como forma de firma o pensamento anti-preto e hierarquizar no formato dermo-fenotípico, baseada na cor da pele e a aparência. Por isso, o normal é se classificar em uma raça pura ou menos preta (brancos, pardo), para não ficar no nível inferior dessa hierarquização. Já a negação da raça indígena esta perpassa pelos imaginários deixados pelos colonos da classificação de incivilizados, animais ou não humanos, por isso, o melhor é se classificar como moreno claro, cor de jambu, cabo-verde ou até amarelo, sendo estes adjetivos usados pelas sociedades para apagar também a ancestralidade indígena no processo racial, para as autoras Cruz e Martins (2021, p.13)

A ascensão social dos mestiços tem o objetivo de embranquecê-los, afastando-os de sua identificação com sua descendência negra. Tal diferenciação pode ser observada pela nuance, ou seja, quanto mais branqueado e com menos traços negroides, mais “tolerável” esse miscigenado será, fomentando o distanciamento e negação de sua ancestralidade africana e indígena (CRUZ; MARTINS, 2021, p.13).

Para os autores Dina Ferreira e Tibério Caminha (2017, p. 157), a pigmentocracia é formulada pelo regime tradicionalista, que gira em torno de três princípios básicos: sexo, raça e poder econômico. Uma vez que o Brasil foi colonizado pelos povos europeus, podemos traduzir tais fundamentos em: dominação masculina, supremacia branca e distribuição desigual da renda, nesse caso, dá forma à expressão do ‘macho branco americano’. Temos, por exemplo, a imagem ultrapassada de Narciso (personagem vaidoso da mitologia clássica), tal qual a de Trump, fomenta o ódio e desqualifica qualquer diferença normativa. Pois então, acreditamos que a sexualidade esteja sob o jugo da produção desse tipo de sujeito, sobre tal destaca Honneth (2003, p. 214):

A cor da pele é um dos fatores que, supostamente, dão status ao sujeito, informando de imediato sua posição social e o que é desejável ou pode ser deixado de lado. Em vista disso, o racismo constrói socialmente distinções além do visível, na esfera ideológica. Mas, em uma sociedade cuja miscigenação alcançou todos os níveis possíveis (raciais, econômicos e culturais), a segregação de uma raça se manifesta por graduações sistemáticas, pelas diferenças internas existentes entre os tons de pele, que privam o negro “do reconhecimento de determinadas pretensões da identidade” (HONNETH, 2003, p. 214).

Sendo assim, os autores, Ferreira e Caminha (2017. p.157), consideram a pigmentocracia como uma das faces do racismo, porque, os sujeitos com diferentes tons de pele são tratados de acordo com os sentidos sociais que revestem seus grupos étnicos, no sentido, da diferenciação do tratamento. Para Walker (1982), na qualidade de pigmento, o negro é ausência (de cor) e, enquanto raça, é presença política deixada no corpo sob a forma de uma disposição biológica, marcada pela história (WALKER, 1982. p.290). Sendo a paleta de cores que separa o negro de pele escura do branco, e cada tom desencadeiam as regalias e + omissões específicas que levam efeitos à percepção da sexualidade – seja esse entendimento coletivo ou individual.

De fato, na qualidade de pigmento, o negro é ausência (de cor) e, enquanto raça, é presença política deixada no corpo sob a forma de uma disposição biológica. Mas a paleta de cores que separa o negro de pele escura do branco dito puro é enorme, e cada tom diz sobre regalias e omissões específicas que levam efeitos à percepção da sexualidade – seja esse entendimento coletivo ou individual (FERREIRA; CAMINHA, 2017, p.157). Sobre isso, Ângela Davis (2016, p.178) e Van Dijk (2008, p.134), afirmam que, o racismo não é redutível a uma mera ideologia de supremacia branca, suas razões

são mais indissociáveis de “um complexo sistema social de dominação”, do qual faz parte as bases do gerenciamento econômico e de onde se elabora políticas inclusivas e exclusivas, pois se evitava um dissenso comum e se instituía que a carne mais barata do mercado é a carne negra. É importante lembrar que uma intensa miscigenação já era presente e que a sociedade brasileira já contava com mulatos, cafuzos e caboclos, (DAVIS, 2016; VAN DIJK, 2008), assim destaca, Santos (2011, p.09):

Basicamente, é isso o que ocorre com as identidades raciais no caso brasileiro e com as identidades negras em particular. Por que é raro ouvirmos falar em identidade branca? A resposta é simples: porque é a identidade racial hegemônica em nosso país. Para aqueles que veem a si mesmos como brancos, pertencer a esta identidade significa ver sua imagem espelhada e irradiada positivamente em todas as novelas transmitidas na televisão; nas propagandas; no cinema; nos livros didáticos; nas capas e interior das revistas. Os ganhos simbólicos para a autoestima das crianças, adolescentes e adultos brancos revertem em privilégios sociais e econômicos. Ser branco é, em si mesmo, um atributo de ascensão social. O contrário ocorre entre os negros. A vigência do racismo, aliada à baixa estima do grupo, conspiram para seu fracasso social. Daí o investimento feito pelos movimentos negros e programas governamentais na consolidação de uma identidade negra positiva, afirmada e dialógica (SANTOS, 2011, p. 09).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Davis (2008) nos ensina que a sociedade é pautada em uma hierarquia racista, pois, as pessoas possuem a pele negra mais clara, gozam de certas vantagens, além dos direitos comuns diferentes das pessoas de pele negra mais escura. Sendo este processo nomeado pela autora como princípio gerador do racismo internalizado. Desse modo, a negação da identidade étnica é regida pela tonalidade da cor da pele. Criando assim um espaço social sem união, porque, quanto mais clara fosse o tom da pele, mais o mestiço acredita ser superior ao seu próprio grupo étnico negro. Nesse espaço serão incorporadas várias práticas discriminatórias, hierarquização, classes sociais que são regidas pelo racismo internalizado de preconceito.

Munanga (2003), afirma que, a partir de uma visão político-ideológica, o que colocou coletivamente os brancos no topo da pirâmide social, não pensou nem olhou para suas origens étnicas, e os colocou no comando do poder social. Independentemente de suas raízes culturais de origem étnica, tem-se tendência, por vício da ideologia racista que

estabelece uma relação intrínseca entre biologia e cultura ou raça e cultura, a considerar a população branca, independentemente de suas diferentes origens geográficas e culturais, como pertencente a uma mesma cultura ou mesma etnia, daí defendem como padrão social a “cultura branca” e “etnia branca”, forçando o negro a se encaixar nesse padrão, os não encaixados devem ser excluídos, isso formula as sociedades pigmentocráticas. Assim, deveríamos aderir a uma tomada de consciência das culturas de resistência das ancestralidades indígenas e negras, tornando essas construções culturais em processos e produtos inacabados, devendo ser utilizadas para rompimento ideológico e prática da pigmentocracia social.

REFERÊNCIAS

- BARBOSA, Filho, E. A., Vieira, A. C. D. S., & Rocha, S. (2019). Pigmentocracia: classe, raça e gênero no sistema de bem-estar social sul-africano. *Revista Em Pauta*, 17(44), 292–306. <https://doi.org/10.12957/rep.2019.45247>
- CRUZ, Jéssica T. D, MARTINS, Patrícia. Colorismo e embranquecimento na rede: o racismo e a tentativa histórica de apagar a ancestralidade africana. Editora ladeira, 2019.
- DÁVILA, Jerry. Diploma de brancura: política social e racial no Brasil – São Paulo, SP: Ed.Unesp, 2006- DOMINGUES, Petrônio. Resenha, *HISTÓRIA*, São Paulo, 27 (2): 2008.
- FERREIRA, D. M. M., & Caminha, T. (2017). Pigmentocracia e a experiência do preterimento na homossexualidade negra. *Cadernos de Linguagem e Sociedade*, 18(2), 156–174.
- FILHO, Evandro A. B., VIEIRA, Ana C. D. S., ROCHA, Solange.. Pigmentocracy: class, race, and gender in the South African welfare system *EM PAUTA*, Rio de Janeiro _ 2o Semestre de 2019 - n. 44, v. 17, p. 292 – 306 *Revista da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro*.
- GUTIÉRREZ, Horacio. Nicolás Palacios e a exaltação do mestiço no Chile. *Anais Eletrônicos do VI Encontro da ANPHLAC*, Universidade de São Paulo-USP, Maringá 2004.
- HONNETH, A. Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais. Tradução de Luiz Repa. São Paulo: Ed. 34, 2003.
- LIPSCHUTZ, Alejandro. El problema racial en la Conquista de América y el Mestizaje. Editora Austral. Santiago de Chile, 1963. 338 pp. COMAS, Juan. *Reseñas Bibliográficas*.
- LIPSCHUTZ, Alejandro. *Indoamericanismo y Raza India*. Biblioteca Nacional Sección Control. Editorial Nascimento. Santiago/Chile, 1937.

LIPSCHUTZ, Alejandro. Indoamericanismo y el Problema Racial en las Américas. Santiago, Nascimento, 1944.

MUNANGA, K. (2003). Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. Palestra proferida no terceiro Seminário Nacional Relações Raciais e Educação-PENESB-RJ, 05/11/03.

MUNANGA, K. Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra, Petrópolis- RJ: Editora Vozes, 1999.

NAKASHIMA, R. (2004). Universidade De São Universidade De São. Teses.Usp.Br, 126(16), 2016. Disponível em: <<https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47134/tde-16092016-150334/en.php>>. Acesso em: 16/01/2022.

SANSONE, Livio, PINHO, Osmundo. Raça: novas perspectivas antropológicas. 2 ed. rev. Salvador : Associação Brasileira de Antropologia : EDUFBA, 2008. p. 447

SANTOS, M. A. Negritudes posicionadas: as muitas formas da identidade negra no Brasil. Perspectiva Sociológica: A Revista de Professores de Sociologia, 2016. 1(5/6), 1–10. <https://doi.org/10.33025/rps.v1i5/6.600>

VILLAR, Juan D. L. & VILLAR, Roberto C. L. Neorracismos, multiculturalismo y pigmentocracia: consideraciones conceptuales e implicaciones para su abordaje. Nueva Época – año 13, núm. 46 – abril / septiembre 2019.

VAN DIJK, T. A. Discurso e poder. Tradução de Judith Hoffnagel et al. São Paulo: Contexto, 2008.

VAN DIJK, T. A. Discurso das elites e racismo institucional. Tradução de Glaucia Proença Lara e Regina Célia Vieira. In: LARA, G. P.; LIMBERTI, R. P. (orgs.). Discurso e (des)igualdade social. São Paulo: Contexto, 2015, p. 31-48.

WALKER, A. If the present looks like the past, what does the future look like? 1982. In: WALKER, A. In search of our mothers' gardens: womanist prose. San Diego, California: Harcourt Brace Jovanovich, 1983, p. 290-291.

Submissão: agosto de 2023. Aceite: setembro de 2023. Publicação: janeiro de 2024.